

6.10.02 - Serviço Social / Serviço Social Aplicado

“EXPANSÃO DA INFORMALIDADE E DAS COOPERATIVAS NA ATUALIDADE – FORMAS ATUAIS DE CONTROLE DO CAPITAL SOBRE O TRABALHO”

Sthephane Dutra dos Santos¹, Reivan Marinho de Souza²

1. Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e integrante do grupo de pesquisa sobre Reprodução Social. 2. Mestre e Doutora em Serviço Social, Professora Associada III dos cursos de graduação e Pós-graduação em Serviço Social – (FSSO/UFAL).

Resumo

Descreva os pontos principais do trabalho incluindo o(s) objetivo(s) de forma clara. Limite de 1.000 caracteres contando espaços. Exemplo do espaço:

As primeiras formas de trabalho informal surgem na grande indústria moderna, no século XVIII, com o trabalho domiciliar nas *mistress houses*, porém se generalizam como fenômeno social na reestruturação produtiva dos anos de 1980. Na reestruturação produtiva, dissemina-se o discurso de autonomia das relações econômico-produtivas com o avanço da informalidade e das cooperativas de autogestão, cujo pressuposto é de que os trabalhadores teriam o controle da produção e das relações de trabalho. Analisamos se as cooperativas representam uma alternativa para a superação da crise do capital e das condições precárias de vida e de trabalho dos trabalhadores. Verificamos com a pesquisa que a expansão do trabalho informal expressa ao contrário uma das formas contemporâneas de intensificação da exploração e desregulamentação da legislação do trabalho, atuando para atender funcionalmente a reprodução do capital em crise.

Palavras-chave: Trabalho Informal. Reestruturação Produtiva. Precarização. Autonomia

Apoio financeiro: Bolsa PIBIC/ UFAL.

Trabalho selecionado para a JNIC: FSSO/UFAL.

Introdução

A relevância desta pesquisa deve-se a expansão das cooperativas de autogestão e do trabalho informal na contemporaneidade e seus impactos nas condições de vida e trabalho da classe trabalhadora no contexto da reestruturação produtiva. Entendemos que as primeiras formas de trabalho informal surgem na grande indústria moderna, no século XVIII, com o trabalho domiciliar nas *mistress houses*, porém se generalizam enquanto fenômeno social no contexto da reestruturação produtiva dos anos 1980. A crise estrutural de 1970, a qual se expressa até os dias atuais, atinge o cerne do sistema sócio-metabólico do capital. Em resposta a essa crise tendo em vista minimizar a queda tendencial da taxa de lucro, desenvolve-se o processo de reestruturação produtiva que altera a dinâmica da produção capitalista, das relações de trabalho e das condições de reprodução da classe trabalhadora. A reestruturação produtiva provocou inúmeras alterações na produção capitalista impactando sobre a classe trabalhadora, a exemplo do crescimento do setor informal e das relações flexíveis de trabalho (subcontrato, temporalidade, *partime*), fenômenos que se generalizam com o avanço da produção flexível nos países periféricos nos anos de 1990. Neste contexto, as cooperativas de autogestão e o trabalho informal são reeditados enquanto fenômeno social como alternativa à crise em face do crescimento do desemprego estrutural. Dissemina-se o discurso de autonomia das relações econômicas/ produtivas com as cooperativas de produção (autogestão), cujo pressuposto é de que os trabalhadores teriam o controle da produção e das relações de trabalho. Analisamos se o trabalho informal e as cooperativas realmente representam uma alternativa para a superação da crise do capital, como oportunidade de trabalho e de melhoria das condições de vida dos trabalhadores ou se a expansão de ambos é apenas funcional à reprodução capitalista em crise.

Os objetivos de nossa pesquisa foram analisar os fundamentos do trabalho e das bases da produção capitalista, da “economia solidária”, das cooperativas e das relações que estabelecem com os processos de

terceirização e da informalidade para apreender se expressam efetivamente uma alternativa econômica ao sistema do capital em crise e uma garantia para a reprodução social dos trabalhadores. Para viabilizar os estudos realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental via análise e sistematização de obras clássicas e contemporâneas e documentos institucionais. Constatamos com a pesquisa que a reestruturação produtiva dos anos de 1980 não consegue reduzir os índices da queda tendencial de taxa de lucro e que impacta nas condições de trabalho e de reprodução social dos trabalhadores. O trabalho informal e a

Metodologia

A nossa pesquisa foi desenvolvida nas modalidades bibliográfica e documental, sobre o fenômeno das Cooperativas e sua relação com o trabalho “informal”/ precário na atualidade. Para atingir nosso objetivo apreendemos os fundamentos ontológicos do trabalho abstrato/ as bases da produção capitalista inicial e contemporânea; a reestruturação capitalista dos anos 1980; as bases históricas/ teóricas da proposta da “economia solidária”, em particular a configuração das cooperativas e sua relação com o trabalho informal. A pesquisa nos proporcionou desvendar dos fundamentos que estruturam o trabalho cooperado/ abstrato no capitalismo e entender o por quê da expansão das cooperativas e sua relação com o trabalho informal na contemporaneidade.

A pesquisa respalda-se nos pressupostos teórico-metodológico da perspectiva marxiana e foi desenvolvida através de leitura e sistematização de obras clássicas e contemporâneas da literatura que subsidiaram esta pesquisa, tendo como referência as obras de: Karl Marx (1996), Thomas Gounet (1999), Ricardo Antunes (1999), José Paulo Netto (2012), Maria Augusta Tavares (2004), dentre outros, para apreender as categorias fundamentais da pesquisa e também a recorrência aos dados de órgãos institucionais do PNAD, DIESE a respeito do crescimento da informalidade e das cooperativas de autogestão. Acrescentando-se, nesse processo, que a participação nas reuniões de estudo do grupo de pesquisa sobre Reprodução Social e nos eventos promovidos pelo PPGSS, FSSO/ UFAL propiciaram o avanço teórico e o desenvolvimento de uma perspectiva crítica de análise do objeto de estudo em questão.

Resultados e Discussão

A Organização Internacional do trabalho (OIT) foi responsável pelas primeiras pesquisas sobre o trabalho informal, no *Relatório do Quênia* produzido por pesquisadores da OIT, para Tavares (2004), os pesquisadores da OIT qualificavam o trabalho “informal” como unidades produtivas atrasadas e desorganizadas, com o argumento de pouco desenvolvimento tecnológico e organizacional, que deveria ser superada via políticas desenvolvimentistas, com a expansão do capitalismo. Com a reestruturação produtiva, foi-se percebendo sua funcionalidade a reprodução do capital, então o trabalho informal passa a ser analisado de outro modo, tendo em vista responder aos dados alarmantes do desemprego estrutural, que via incentivo do Estado, dos organismos financeiros internacionais como o Banco Mundial e o FMI, e da sociedade civil aparecerá com uma das alternativas a crise. O setor informal é considerado e disseminado por esses organismos apenas como uma atividade de sobrevivência para trabalhadores desempregados e não como um fenômeno social integrado e funcional à dinâmica capitalista.

Para Tavares (2004), a informalidade enquanto um fenômeno social típico da área do trabalho se expressa de várias formas: nas cooperativas de autogestão, no trabalho domiciliar, na micro e pequena empresa, podendo ser trabalho produtivo, improdutivo ou numa forma em que não é nenhum dos dois, a depender da sua relação com o mercado. Formas essas que negam suas características ditas autônomas e expressam ao contrário, uma explícita subordinação à grande indústria capitalista na era monopolista. A autora

salienta que o trabalho informal se por um lado sofre as mesmas regulações econômicas do trabalho formal, por outro, são impactados com as perdas de direitos trabalhistas e da garantia de postos de trabalho, o que se amplia cada vez mais no universo da informalidade.

A ampliação da informalidade é facilitada pelo amparo jurídico, ampliando a clandestinidade, a desproteção social, a ausência de higiene e segurança, compondo um quadro de ilegalidade e contradição – sem ocasionar custos ao capital, mas que como qualquer instituição burguesa, é regulada pelo mercado. Sendo assim, ele deixa de ser complementar, para se tornar importante, decisivo à reprodução capitalista. Percebe-se que a maioria desses trabalhadores só são proprietários da sua força de trabalho, são poucos que conseguem adquirir algum bem, o que não o torna capitalista, visto que a finalidade do capital é acumular e deter o controle privado dos meios de produção, o que não acontece com os ditos trabalhadores “independentes”. Seus defensores sugerem que a simples ausência de vínculo empregatício transforma trabalhadores “independentes” em possuidores de meios de produção, abolindo o regime salarial. Sob essa orientação, a relação entre iguais é uma falácia. Portanto, o trabalho informal não é uma alternativa a produção, capitalista, ele faz parte de sua interioridade e totalidade, a qual se movimenta permanentemente em busca de acumulação. Na verdade, o suposto trabalho independente é executado segundo uma obrigação por resultados, sob o rigoroso controle do capital via intensa exploração do trabalhador.

Conclusões

A expansão do trabalho informal acontece em meio aos ajustes econômicos e políticos adequando o Brasil à reestruturação produtiva mundial. Os trabalhadores que não conseguiram se inserir no mercado de trabalho vão viver da informalidade. Meio este, que intensifica precarização do trabalho, a exploração e degradação do trabalho que existiam anteriormente. Reafirmam-se com uma nova roupagem, mas mantem a mesma essência. O Estado apoia via políticas de emprego e renda - a política de crédito e financeira, para dizer que é um incentivo para acesso ao mercado e que dará resultado.

A produção flexível aponta ideologicamente que o trabalhador tem autonomia e também pode se transformar em capitalista, muitas vezes o trabalhador passa a acreditar nessa ideologia, isso é uma perda para o trabalho, pois ele não se identifica na condição de trabalhador, mas na de capitalista. O trabalhador informal não tem capital, não detém o controle dos meios de produção, nem do processo de trabalho, os recursos que obtém com a atividade produtiva são para garantir sua sobrevivência e daqueles com quem trabalha, desse modo não acumula capital - o objetivo precípua da economia capitalista.

As consequências do crescimento do trabalho informal no conjunto da reestruturação produtiva tem um impacto muito grande sobre o trabalhador, como a precarização do trabalho, a negação da sua condição enquanto trabalhador quando enxerga-se como patrão, a desregulamentação do trabalho, não ter jornada de trabalho fixa e a extensão e intensificação do seu tempo de trabalho. É claro que não há possibilidade de autonomia em uma sociedade com interesses antagônicos. Transformar o trabalhador em pequeno empresário é a forma mais adequada de camuflar a exploração capitalista no atual momento histórico, “não há nem de longe a intenção capitalista em compartilhar poder, e muito menos de superação do sistema” (TAVARES, 2004, p. 105).

Constatamos que o trabalho informal se expressa nas cooperativas de autogestão, trabalho domiciliar, micro e pequena empresa, ressurgem como parte do trabalho realizado em diversas unidades produtivas na economia capitalista. Entendemos que se trata de uma alternativa contemporânea provisória, como uma das saídas para enfrentar o desemprego, tendo seus limites determinado pelo mercado. Assim, não representa uma forma de organização produtiva autônoma e não se constitui num meio de emancipação do capital. Consideramos que o trabalho informal expressa uma forma diferenciada e mais intensa de exploração dos

trabalhadores, sendo funcional à produção capitalista e a reprodução do capital em crise.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e Toyotismo na Civilização do Automóvel**. Tradução Bernardo Joffili. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

MARX, Karl. **O Capital**. Vol. I e II. Livro 1. Coleção Os Economistas. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

NETTO, José Paulo. **Economia Política: uma introdução crítica**. José Paulo Netto e Marcelo Braz- 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

TAVARES, Maria Augusta. **Os Fios (In)visíveis da Produção Capitalista – informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2004.